

## **Título**

Análise da cobertura editorialística do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a globalização, a política externa e a reinserção do Brasil na economia mundial durante 1995-2006<sup>1</sup>.

**Maria Goreti Juvencio Sobrinho Frizzarini:** mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas, doutoranda no programa de Ciências Sociais da PUC/SP e professora da Faculdade Cásper Líbero.

## **Resumo**

O presente trabalho expõe algumas conclusões da análise que desenvolvemos acerca da cobertura editorialística da *FSP* sobre a Era FHC e o primeiro mandato do governo de Luis Inácio Lula da Silva (1995-2006), notadamente no que se refere à globalização, à abertura da economia e a política externa.

**Palavras-chaves:** Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, *Folha de S. Paulo*, Globalização, política externa

Desnecessário enfatizar a importância dos meios de comunicação no contexto da globalização, especialmente no tocante ao tratamento dispensado às relações internacionais, aos pronunciamentos de autoridades governamentais e aos inúmeros Encontros de Cúpula necessários à integração regional e à consolidação do novo arcabouço político-institucional do comércio mundial<sup>2</sup>. Tudo isso evidencia que a cobertura da política externa tornou-se fundamental para a compreensão das últimas transformações que o Brasil e os demais países da América Latina atravessam e dos principais desafios que devem enfrentar para pleitear uma nova inserção no mercado mundial.

A temática globalização e imprensa é candente, uma vez que as relações entre mídia e poder mostram-se cada dia mais estreitas, justificando e até exigindo estudos

---

<sup>1</sup> Versão revista e ampliada da publicação da mesma autora “Análise da cobertura editorialística do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a globalização e a reinserção do Brasil na economia mundial”, *Communicare: revista de pesquisa/ Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Faculdade Cásper Líbero*, vol. 7, n.1, 2007 – São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2007.

detalhados e atualizados sobre as questões postas por essa nova realidade. O encerramento da “Era FHC” e o do primeiro mandato do presidente Lula, bem como as mudanças no mercado jornalístico e de radiodifusão, a partir de 2002, certamente suscitam um balanço acerca da reinserção da economia brasileira nos marcos da globalização, processo que perpassa o período em tela, todavia os propósitos da presente pesquisa foram mais modestos. Procuraram evidenciar aspectos qualitativos da opinião do jornal *FSP* acerca da globalização, comparando o ideário manifesto nos seus editoriais sobre o tema globalização e o posicionamento acerca das medidas tomadas pelos governos FHC e Lula, notadamente no que diz respeito à abertura da economia e à estratégia de política externa. Para tanto, foram analisados quatrocentos e cinquenta editoriais do período 1995-2006<sup>3</sup>.

Optou-se pela *análise imanente* das idéias expostas nos editoriais, isto é, a apreensão da coerência e lógica internas dos textos – “o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como também as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam”<sup>4</sup> -, buscando, dentro de certos limites, relacioná-las ao chão social que lhes deu origem, à função social que cumpriram e que justificam sua difusão, às teorias que dão conta da relação entre globalização e meios de comunicação e entre mídia e poder.

Existe uma inescapável correlação entre a assim chamada “realidade nacional” e o contexto mundial, que, atualmente, não apenas rodeia como enforma, limita e até direciona os caminhos seguidos pelas várias economias nacionais. Em meio a esse cenário, os meios de comunicação se expandem economicamente e ampliam seu

---

<sup>2</sup> SILVA, Carlos Eduardo Lins. “Política e comércio exterior”. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). *A era FHC: um balanço*. São Paulo, Cultura Associados, 2002, p. 302.

<sup>3</sup> Registre-se que dado os limites do presente texto, será apresentada uma síntese dos resultados da pesquisa desenvolvida, que partiu dos resultados de dois trabalhos que realizamos; “A repercussão nos editoriais da Folha de São Paulo dos discursos de FHC sobre globalização e das medidas econômicas relativas à Abertura da Economia tomadas pelo governo (1995-2002), também patrocinado pelo Centro de Pesquisa da Faculdade Cásper Líbero e da nossa pesquisa de mestrado, JUVENCIO, Maria. “O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso: autoritarismo e democratização (1972-1992). 2003. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Nesta pesquisa analisamos, entre outros temas, a concepção de Cardoso acerca da globalização bem como o seu projeto de modernização que começa a ser esboçado no final da década de oitenta. Importa sublinhar que priorizamos para a nossa investigação algumas questões do conjunto de editoriais que foram selecionados por meio do mecanismo de busca de palavras-chaves, no sítio virtual do jornal na rede mundial de computadores, de modo que estivemos longe de esgotar a amplitude de aspectos e problemas que os quatrocentos editoriais evidenciam.

<sup>4</sup> CHASIN, J. “Marx - Estatuto ontológico e resolução metodológica”, In: *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995, pp. 335-336. Tal procedimento metodológico apóia-se nas indicações de Marx, segundo as quais o processo do conhecimento deve apreender a totalidade das determinações de um objeto, seja a sua natureza material, social ou ideal. Ver MARX, K. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 14.

potencial de propulsor da globalização e, nessa medida, de difusor de idéias, quase sempre voltadas à manutenção do *status quo*. Nessa linha interpretativa, Marcondes Filho observa que o jornalismo atua conjuntamente a grandes forças econômicas e sociais, tornando-se porta-voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que intentam dar às suas “*opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade*”. Numa realidade marcada pela distribuição desigual de poder, a imprensa procura aparecer como palco da “multiplicidade de opiniões”, porém, “*as únicas opiniões diversificadas que têm livre acesso aos grandes monopólios de comunicação são as dos próprios membros dos poderes a ela associados e dos que em torno deles circulam*”<sup>5</sup>. As discussões desse autor têm o mérito de ressaltar as ligações da imprensa com a sociedade civil e o estado, destacando os interesses contraditórios que aparecem na primeira. Dessa forma, busca-se ultrapassar o fosso falsamente existente entre a imprensa e as disputas no interior da sociedade civil. Isso não significa, todavia, que não existam interesses diversos – e mesmo contraditórios – não apenas no seio dos meios de comunicação, como também entre os segmentos sociais que estes jornais representam, de maneira que se reconhece, aqui, o campo de divergências latentes no cotidiano das empresas jornalísticas.

Embora esteja dito explicitamente no *Manual Geral da Redação* que “*A opinião da Folha se expressa em seus editoriais*”, cabe, na visão de alguns analistas, considerar as “*relações de propriedade*”<sup>6</sup> da organização, na medida em que seus tentáculos financeiros extrapolam a si própria. Conforme Marques de Melo, o editorial não expõe um juízo monolítico, mas um bloco de opiniões e interesses diversos, isto é, “*afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana*”<sup>7</sup>. Não custa perceber aí a base explicativa para a edição de determinadas teses incoerentes e contraditórias num mesmo espaço.

Sabe-se que os editoriais da *FSP* não são escritos pelas mesmas pessoas, figuras com perfis distintos, como Clovis Rossi, Marcelo Coelho, Gilson Schwartz, Demian Fiocca, Luiz Paulo Labriola, entre outros, tiveram a sua parcela nos escritos, entretanto,

---

<sup>5</sup> MARCONDES FILHO, Ciro. O Capital da Notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo, Ática, 1986, p. 11.

<sup>6</sup> MELO, José Marques de. Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão, Ed Mantiqueira, 3 ed., 2003, p. 103.

<sup>7</sup> Idem, p. 104.

todos os editoriais passam pelo crivo do patrão. De acordo com o editorialista Hélio Schwartzman, “quando terminamos [de escrever], passamos para ele [Octávio Frias de Oliveira, publisher da Folha], e depois ele vem com observações, ou passa direto. Ou tem de refazer alguma coisa, ou então a gente começa a brigar, até sair o editorial aprovado”<sup>8</sup>.

Arbex, que analisa os editoriais, sugere que o processo decisório nessa empresa é “extremamente centralizado”, dada a “opção político-mercadológica que a *Folha* adotou como sua linha editorial”, haja vista que a sensibilidade do jornal às movimentações da opinião pública fazem parte da estratégia de mercado da empresa. Nesse sentido, a *Folha* é um jornal do “*establishment*, mantendo em relação a ele uma postura ‘crítica e apartidária””, no dizer de Frias, e, pois, assumidamente liberal-burguesa<sup>9</sup>. Porém, nessa linha interpretativa, o principal interlocutor dos editoriais da *FSP* é o estado, uma vez que, na condição de porta-voz dos interesses empresariais, o jornal se vê na contingência de pressioná-lo para que atenda aos interesses dos grupos privados<sup>10</sup>.

Embora essa interpretação possa suscitar alguma polêmica em torno da relação entre estado e sociedade civil<sup>11</sup> no Brasil, ela tem o mérito de reconhecer a interconexão estado–sociedade civil–imprensa. A política brasileira é rica em exemplos dessa articulação, basta mencionar os idos de 1945-64, um dos períodos mais conturbados de nossa história, nos quais os meios de comunicação foram decisivos para mobilização da opinião pública nos processos de golpes e contra-golpes. O mesmo pode ser dito em relação ao II PND de Geisel, contra o qual muitos editoriais da época se insurgiram, como porta-vozes das insatisfações (econômicas) de determinados setores empresariais, o que acabou contribuindo para a derrocada do projeto. E sobre a participação da imprensa no processo de ascensão e queda do fenômeno Collor, registre-se com destaque a conclusão de um dos estudos sobre o caso: o importante não é avaliar “o comprometimento dos grandes jornais com uma ideologia liberal, ou conservadora”, mas admitir a importância de fato do papel da imprensa “e a assunção clara da sua posição privilegiada de ator legitimamente interessado, influente e co-responsável pela

---

<sup>8</sup> In “Quem faz a opinião da folha”, 12/05/96, por Marcelo Leite, ex- ombudsman da FSP.

<sup>9</sup> ARBEX JR, José. “Editorial”. In *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 93.

<sup>10</sup> Id., *ibid.*, pp. 92-94.

<sup>11</sup> Ver algumas ponderações sobre Melo e Arbex em IANONI, Marcus. “A Folha de S. Paulo e a exclusão social: a opinião do jornal”. In: *Communicare: revista de pesquisa/Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero*. V.1, n. 1, 2001. São Paulo: Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, 2001, especialmente pp. 20-22.

vida pública, sem o recurso aos subterfúgios de uma suposta neutralidade na avaliação dos programas e projeto de governo”<sup>12</sup>.

De modo que atuar no jornalismo significa fazer constantemente opções ideológicas de seleção e de exclusão: definir o que vai ser publicado, como, com que destaque e com que favorecimento, o que torna o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade, ou seja, conforme Marcondes Filho, “*os jornais são as manifestações das grandes correntes de opinião, conduzidos pelas classes em conflito, classes essas que carregam, cada qual, grupos em constante disputa pelo poder*”<sup>13</sup>.

Assim, importa, aqui, menos comprovar a falsidade da neutralidade da informação que evidenciar como e de que maneira se processa o posicionamento da *FSP*, por meio dos editoriais acerca das questões atinentes a globalização.

A cobertura jornalística dessa questão encerra, evidentemente, o jogo de interesses, conflitos e rivalidades existentes entre as classes. Por outro lado, uma vez que a imprensa não é um segmento social à parte dos diversos grupos econômicos, mas um elemento constitutivo das frações de classes que representa, a análise dos editoriais da *FSP* ajuda a desvendar a teia de interesses que perpassa o jornal.

#### **A *FSP* e a internacionalização da economia brasileira**

Não é o caso, aqui, de fazer uma digressão das diversas fases da *FSP*, mas convém lembrar, com Capelato<sup>14</sup> que a *FSP* “pagou o preço” de ter apoiado o golpe de 64. Todavia, foi por meio de desígnios do próprio sistema que o jornal veio a desempenhar, durante as Diretas Já, o chamado papel de porta-voz dos movimentos pela democratização do país, ou melhor, passou a rever “seus projetos, políticos principalmente”. Isso é encetado, de acordo com Singer, em 1974, após encontro entre Golbery e Octavio Frias de Oliveira no qual o primeiro afirma “que haverá uma abertura política efetiva. Em segundo lugar, que interessa ao governo que não haja apenas um

---

<sup>12</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando et alli. A imprensa faz e desfaz um presidente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, pp. 113-114. Sobre o assunto, ver Notícias do planalto, do jornalista Mário Sergio Conti, umbilicalmente ligado aos meios de comunicação, que analisa os materiais publicados e acompanha as posições em luta no momento, mostrando, porém, que a cobertura política de um órgão de imprensa resulta de uma tradição, de sua história anterior, retrabalhada a cada dia, em face dos acontecimentos que se põem.

<sup>13</sup> MARCODES FILHO, Ciro. O capital da notícia. Cardoso acredita que a mídia é parte do poder, em cujo jogo acaba por disputar com o Executivo, com o Congresso e os setores econômico-produtivos. “A mídia não fez sua auto-análise ainda, mas ela é, sim, parte do poder. Por isso acho que essa neutralidade é um engano. Ela está brigando também por um pedaço do poder”. O presidente segundo o sociólogo. Entrevista de FHC a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 166-7.

<sup>14</sup> In Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo. São Paulo, Publifolha, 2003, pp. 40-41 e 54.

jornal importante em São Paulo”<sup>15</sup>. É digno de nota que *Folha de S. Paulo*, assim como os demais diários da grande imprensa brasileira, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e o *Estado de São Paulo* vêm, desde a segunda metade da década dos oitenta, posicionando-se, com graus e intensidades variados, em torno da chamada “agenda ultra liberal”<sup>16</sup>. A *FSP*, segundo Fonseca, aproveitando-se do prestígio adquirido durante a campanha pelas Diretas Já, passa a evocar a questão da modernidade, transformando-a no “mote”: “Menos Governo, Menos Miséria”, e a partir do “desencanto” em relação à Nova República vai se desprendendo rapidamente do chamado “nacional-desenvolvimentismo”, quando ainda defendia o papel decisivo do estado no processo de desenvolvimento econômico, e passa a se contrapor a todos aqueles que resistem às “tendências internacionais”, porém, essa agenda, “ultraliberal”, apenas se tornará hegemônica com o governo Collor<sup>17</sup>.

Os descalabros do curto mandato do presidente revelaram a natureza da aposta aventureira da burguesia brasileira e inviabilizaram, pois, temporariamente, os intentos dessa classe em aprofundar a associação subordinada ao capitalismo internacional. De maneira que, em 1994, ainda que o quadro nacional e internacional fosse bastante diverso do de 1989, as várias frações da burguesia, entre elas os meios de comunicação, se articularam em torno da candidatura de FHC, pois esta era, enfim, a nova alternativa para superarem a crise que vinham se debatendo desde o fim do “milagre” econômico, e propiciar-lhes uma nova fase de acumulação<sup>18</sup>.

Em verdade, o Brasil, a partir de 1994, foi compelido a se voltar para a reatualização de suas formas de existência no interior da globalização, processada a partir de novos parâmetros de produção e circulação, isto é, do novo estágio do desenvolvimento das forças produtivas. Cardoso, coerente com toda a sua produção teórica e atuação política<sup>19</sup> – pondo-se, como sempre, no arco do capital, sem divisar uma propositura de superação –, ofereceu a alternativa de inserir o país na

---

<sup>15</sup> Id., *ibid.*

<sup>16</sup> Apud FONSECA, Francisco César Pinto da. *Divulgadores e vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil*. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no ano de 2001, pp. 221-224 e 360-361.

<sup>17</sup> Id., *ibid.*

<sup>18</sup> As condições e circunstâncias, nacionais e internacionais, nas quais essa escolha foi feita e como determinadas oportunidades históricas foram perdidas podem ser vistas em CHASIN, J. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André, Estudos e edições Ad Hominem, 2000.

<sup>19</sup> Como foi constatado durante nossa pesquisa de mestrado, ver JUVENCIO, Maria. *O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso*, op., cit., ..

mundialização do capital. De sorte que o próprio processo de globalização e as tendências nacionais foram ao encontro de perspectivas antigas de Cardoso, que, encetando a reorganização interna do país, expressão do sucesso do Plano Real e plataforma de sua candidatura vitoriosa, articulou uma aliança política necessária ao exercício de poder<sup>20</sup>.

Nesse novo contexto, os meios de comunicação aderiram ao chamado “discurso único” da globalização e foram complacentes com o governo FHC. O comportamento da *FSP* não foi diferente, ainda que, entre os grandes jornais, ela tenha sido a única, segundo Kucinski, que “matizou seu apoio sistêmico com revelações pontuais que podiam eventualmente pôr em risco o governo”<sup>21</sup>. Verificamos, no entanto, que a adesão do jornal ao projeto cardosiano é de tal natureza que inviabilizaria ações de risco, daí que, para trazer à luz alguns exemplos desse comprometimento, é preciso expor, sumariamente, a concepção de um dos seus principais expoentes, Fernando Henrique Cardoso.

FHC e os defensores de sua política de abertura e das reformas que foram tomadas a partir de 1994 partem do pressuposto de que o chamado modelo desenvolvimentista<sup>22</sup> levou à estagnação do processo de desenvolvimento e integração latino-americana, de modo que tratar-se-ia de fazer os ajustes internos necessários à globalização, começando pela remoção do “legado da Era Vargas”<sup>23</sup>.

Divisar um caminho contrário à alternativa propugnada por Fernando Henrique Cardoso não impede de reconhecer que ele sempre esteve atento as principais transformações do capitalismo mundial. Seu posicionamento sobre a realidade nacional decorre, em grande medida, de sua percepção da nova lógica do capitalismo, a da globalização. Assim, refletindo e discursando sobre a nova etapa do capitalismo mundial, FHC vem procurando articular um projeto de modernização e de reinserção

---

<sup>20</sup> Conforme “A resistência ao neoliberalismo” e “O poder do real”, In CHASIN. J. A miséria brasileira...op., cit..

<sup>21</sup> Refere-se aos episódios do grampo do BNDES, o dossiê Cayman e ao esquema de compra de votos para a reeleição de FHC, KUCINSKI, Bernardo. “A mídia de FHC e o fim da razão” in LESPAUBIN, Ivo (org.). O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999. Ver do mesmo autor, “Paradoxos do jornalismo econômico” e “A sacração de FHC: a mídia no primeiro turno presidencial de 1998”, In A síndrome da antena parabólica. São Paulo, Perseu Abramo, 1998.

<sup>22</sup> A esse respeito ver, MOREIRA, Maurício Mesquita & Giambiagi, Fábio (orgs.) A economia brasileira nos anos 90. 1.ed., Rio de Janeiro, BNDES, 1999; BARROS, José Roberto Mendonça de, GOLDENSTEIN, Lúcia. “Economia competitiva, solução para a vulnerabilidade”. In: O Brasil e o Mundo no limiar do novo século. Rio de Janeiro, Olympio, 1998, p. 149.

<sup>23</sup> Discurso de CARDOSO, F. H, publicado no Diário do Congresso Nacional, 15/12/94. Sobre o “esgotamento” da chamada “Era Vargas” – além de uma amostra do debate intelectual no início do

mundial para o país desde o final dos anos 80. Um discurso emblemático a esse respeito foi proferido na Senatoria, ainda no clima da Assembléia constituinte, o qual provocou indignação à esquerda e aplausos à direita<sup>24</sup>, por afirmar que o país deveria o quanto antes integrar-se as novas forças do mercado global sob pena de transforma-se num “num grande Cambodja”<sup>25</sup>. Ou seja, o projeto que vem propugnando, formalmente, desde janeiro de 1988, passaria necessariamente pela internacionalização da economia, isto é, a modernização da economia brasileira implicaria uma política de integração no mundo contemporâneo, cuja nova lógica de produção já vinha moldando a feição da sociedade em vir-a-ser<sup>26</sup>. O Brasil já não mais poderia postergar essa tomada de posição, sob pena de perder o bonde da história e sucatear todo o seu parque produtivo, de modo que o país precisaria, pois, integrar-se às novas forças de transformação do mundo contemporâneo.

Cardoso avalia que a Constituição de 1988 acabou facultando a consagração de dispositivos legais anacrônicos, ou seja, as formas de articulação entre o estado e a sociedade, que haviam sido criadas e consolidadas entre os anos 30 e 80, foram juridicamente institucionalizadas no momento mesmo em que a transnacionalização da economia e o esgotamento interno do projeto nacional-desenvolvimentista exigiam um novo arcabouço institucional. Assim, um projeto de modernização para o país implicava um novo arcabouço institucional, além da definição de um conjunto de medidas mais imediatas para sanar a crise que o país atravessava, na alteração do chamado modelo de desenvolvimento – baseado na substituição de importações –, cujos traços remontavam ao estilo de desenvolvimento varguista, marcado por orientação autárquica e pelo estado intervencionista<sup>27</sup>.

---

governo Cardoso, ver AMARAL, Roberto. FHC: os paulistas no poder. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995.

<sup>24</sup> O senador Roberto Campos dissera, na ocasião, que suprimida a expressão social democracia, com a qual não concordava, anuía os principais pontos do discurso de FHC, sobretudo o relativo a necessidade de abertura da economia e de transformação do papel do estado, ainda que, neste momento, Fernando Henrique não defendesse abertamente a privatização, mas a transformação das estatais em empresas “públicas”.

<sup>25</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. “Discurso proferido no Senado”, Diário do Congresso Nacional, 29/01/88.

<sup>26</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. “Discurso proferido no Senado”, Diário do Congresso Nacional, 29/01/88.

<sup>27</sup> Vale registrar que a proposta de modernização econômica expressa uma equação que significa precisamente reestruturar o aparato produtivo interno, dotando-o de técnicas e métodos sofisticados de gerenciamento e de produção que permitem a ampliação da riqueza e não a sua distribuição. Esta faria parte de outra equação: a política. Ou seja, Cardoso mantém a crença *ontopositiva* da política, uma vez que esta permitirá estabelecer a “boa parceria” com o capital externo, de modo que os reordenamentos socioeconômicos ou a correção das “imperfeições” e “distorções” do mercado ficam a cargo da política,

Considerando que a nova dinâmica do capitalismo mundial inviabiliza alternativas de desenvolvimento econômico nacional, postula-se a internacionalização da economia como imperativo para a modernização e a sobrevivência nacionais<sup>28</sup>. A globalização é vista como processo irreversível<sup>29</sup>, mas que traz em seu bojo uma série de benefícios; gera novas formas de vida e abre possibilidades de desenvolvimento e modernização na periferia do sistema, ao contrário do que postula a esquerda “catastrófica”<sup>30</sup>. Essa proposição articula-se, portanto, com uma dada interpretação da realidade mundial para a qual a aceleração da globalização e a derrocada do socialismo real confluíram para um mesmo desiderato, isto é, para a perspectiva de um mundo mais civilizado e humanizado que abre mão da revolução, mas não da economia de mercado, pois esta é inamovível<sup>31</sup>. Ainda que reconheça que a globalização “leva ao extremo tendências do capitalismo”<sup>32</sup> e que há uma redução da capacidade de manobra do estado em operar políticas nacionais, confere uma dada autonomia a política no âmbito da correlação de forças mundial<sup>33</sup>. Ou seja, não é somente o econômico que pesa no embate de forças distintas, neste caso, as entidades desiguais que enformam graus distintos de desenvolvimento não são as únicas que pesam na correlação de forças internacionais<sup>34</sup>. Portanto, a política externa não deve ser vista, de acordo com sua concepção, “como uma ação reflexa dos modos de inserção no sistema capitalista”, pois “as opções de política externa devem ser analisadas em sua *dinâmica própria*”<sup>35</sup>.

Segundo os objetivos externados pelo governo Cardoso – o ex-presidente e os seus ministros das Relações Exteriores Lampreia e Lafer –, o país deveria se

---

como instância resolutiva. Desenvolvemos essas ponderações no capítulo 5 de nossa dissertação de mestrado, JUVENCIO, Maria. “O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso”, op., cit...

<sup>28</sup> Como afirmara Cardoso, “Daí a importância de nós termos um papel internacional, porque a capacidade de manter essa influência nacional depende de nossa projeção internacional. Se ficar fechado, morreu”, in “Estamos reorganizando o capitalismo brasileiro”, Lua Nova, São Paulo, n. 39, 1997.

<sup>29</sup> Como afirma, “A globalização não é um valor, não é algo que se queira, que se deva querer, a que se tem amor. É uma força já instaurada no mundo, que produz uma série de desastres, por um lado e uma série de modificações positivas por outro.” Veja, 10/09/97.

<sup>30</sup> CARDOSO, F. H. e SOARES, Mário. O Mundo em Português: um diálogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 256); ver também O presidente segundo o sociólogo, op.cit., e entrevista na FSP, 13/10/96.

<sup>31</sup> CARDOSO, F. H. Congresso, desenvolvimento e democracia: perspectivas e ação imediata”, in As perspectivas do Brasil e o novo governo, São Paulo: Nobel, 1990, p. 101. Daí Cardoso propugnar um processo de aggiornamento da social democracia para que esta não fosse estiolada pelo assédio neoliberal. Ver A utopia viável, Brasília: Presidência da república, 1995.

<sup>32</sup> CARDOSO, F. H. “Globalização e política internacional”, conferência proferida na Universidade de Witwatersrand, Johannesburgo, África do Sul, 27/11/1996, in Revista brasiliense de políticas comparadas v. 1, n. 1, jan./abr. 1997, p. 69.

<sup>33</sup> Como Cardoso frequentemente afirma, a política “não é a arte do possível e sim a de tornar possível o necessário”, ver “A nova esquerda”, in A utopia viável, op., cit.

<sup>34</sup> CARDOSO, F. H. “Globalização e política internacional”, op., cit., pp. 69-70.

desvencilhar de uma política reativa dos anos anteriores e buscar uma “autonomia pela participação”<sup>36</sup>, isto é, por meio de uma maior participação na dinâmica internacional, exercer papel ativo na remodelação normativa do sistema internacional, de modo a “influenciar o desenho da nova ordem mundial”. Partiria da determinação de combater as assimetrias do processo de globalização e aproveitar as oportunidades, de forma a favorecer a retomada de um crescimento sustentável, transformando, no dizer de Lafer, “necessidades internas em possibilidades externas”<sup>37</sup>.

Essas são algumas das proposições que Cardoso, no exercício da diplomacia presidencial, levou a público, e que tiveram ampla cobertura na *FSP* e, em grande medida, a anuência dos seus editoriais.

### **Cobertura editorialística da *FSP* sobre o governo Cardoso**

Vale registro que já durante a contenda FHC X Lula, em 1994, a *FSP*, operando com ambigüidades, chega a afirmar que os dois candidatos expressavam concepções e propostas semelhantes ou convergentes: ambos eram a favor da reforma do estado, para capacitá-lo a assumir as suas funções essenciais, e se colocavam no campo da social democracia, de modo que a diferença entre os dois era “muito mais de biografia e de alianças”<sup>38</sup>. Porém, mesmo tentando destacar as “convergências” entre os dois candidatos, a *FSP* ressalta que o discurso de Lula é mais marcado pela questão social enquanto o de FHC “gasta mais palavras no tema da inserção do Brasil no cenário internacional”<sup>39</sup>. O apoio ao projeto FHC é tão cabal, ao menos nos primeiros momentos, que a *FSP* parecia reivindicar para os meios de comunicação o papel da complacência. Ou seja, já que o plano de FHC “é consistente e que Fernando Henrique não é Fernando Collor”, a *FSP* prognosticava que “o cenário que se vislumbra é, do perverso ponto de vista jornalístico, menos espetacular”. Assim, na medida em que não há divergência em relação aos propósitos, e o seu novo *condottiere* é o mais qualificado, a *FSP* supõe que não haveria surpresas e sobressaltos no novo governo, neste caso, restará aos “profissionais da comunicação” um esforço maior de “análise e explicação

---

<sup>35</sup> CARDOSO, F. H. “A nova agenda sociológica da América Latina”, in *A utopia viável*, op., cit., p. 42.

<sup>36</sup> Expressão cunhada pelo embaixador Gelson Fonseca Jr. FONSECA JR., Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998 (especialmente parte III: Temas de Política Externa Brasileira).

<sup>37</sup> LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo, Perspectiva, 2004.

<sup>38</sup> “Cordiais inimigos”, *FSP*, 14/08/94.

<sup>39</sup> “Cordiais inimigos”, *FSP*, 14/08/94.

de complexos mecanismos políticos e econômicos”. Para galvanizar os leitores com temas áridos, os jornalistas precisariam de mais “didatismo” e “inteligência”<sup>40</sup>.

Uma maneira bastante utilizada pela *FSP* para legitimar o governo foi a ampla cobertura das viagens do presidente Cardoso, cujos discursos e desenvoltura nos encontros internacionais eram qualificados, nos editoriais, como exemplos de uma diplomacia presidencial que pode oferecer ao Brasil a possibilidade de se relacionar com o primeiro mundo sem “complexos de inferioridade”<sup>41</sup>, tranquilizar os investidores internacionais, especialmente nos momentos de turbulências financeiras e garantir a credibilidade necessária ao país. As teses e proposições dos discursos de FHC, notadamente as atinentes à globalização, bem como as críticas do presidente aos seus opositores internos, têm, na maioria dos casos, respaldo dos editoriais<sup>42</sup>. Isso ocorre, por exemplo, acerca de um dos mais importantes e consistentes discursos de Cardoso, em fevereiro de 1996, no México. A *FSP* reproduz as teses centrais, que versam sobre os riscos da globalização e especialmente sobre o “acerto de contas” com o marxismo, momento em que o jornal parece se compadecer de um político, sociólogo, que tem ciência de que a realidade atual não sugere grandes transformações, como afirma: “É o próprio rei constatando que os reis estão nus. [...] O presidente do Brasil termina com um apelo. Utopias parciais! Ética de solidariedade! Volta aos valores essenciais do humanismo! [...] Dissecada a realidade, os apelos ecoam solitariamente nos mármore dos palácios, à espera de uma época e de uma sociedade mais propícias”<sup>43</sup>.

Reiterando, sempre, que as idéias do presidente sociólogo eram coetâneas à realidade nacional e internacional, a *FSP* afirma que Cardoso “sabe que o protecionismo e o ideal de autonomia nacional tornaram-se referências obsoletas”, sabe, ademais, que a questão social “não tem solução rápida e sugere – o que é no mínimo inquietante – que às vezes nem solução tem”. Mas apesar de reconhecer também que “não existe o sujeito histórico universal”, o presidente sociólogo não postula o fim da história ou a força redentora do mercado, pois, argumenta a *FSP*, que parece indignada com a pecha neoliberal do presidente, “FHC mantém a convicção de que uma sociedade democrática

---

<sup>40</sup> “Imprensa real”, *FSP*, 01/12/94.

<sup>41</sup> “Amigos, negócios à parte”, *FSP*, 15/10/97.

<sup>42</sup> Importa registrar que dado os limites do presente texto, citaremos apenas alguns dos editoriais examinados.

<sup>43</sup> “Na solidão do poder”, *FSP*, 22/02/96.

é capaz de encontrar caminhos virtuosos, inclusive do ponto de vista econômico, no espaço da política e não no puro jogo do mercado”<sup>44</sup>.

Constituindo-se num pólo de defesa e vulgarizador intransigente da proposta do governo, a *FSP* erigia, como prioridade para a consecução dos propósitos de modernização e reinserção mundial<sup>45</sup>, a estabilização da moeda e a necessidade de internacionalização da economia<sup>46</sup>. Ao mesmo tempo, ia referendando a política externa do governo; a opção pelo multilateralismo, pela posição de *global trader*, a prioridade dada à América do Sul e, mesmo, o posicionamento do governo em relação à Alca, que, no seu entender, não seria um posicionamento ideológico e sim pragmático, uma vez que a postura do governo brasileiro havia invertido a famosa frase “O que é bom para os Estados é bom para o Brasil”<sup>47</sup>, isto é, “FHC deixa claro que o Brasil não renuncia ao legítimo direito de defender sua 'individualidade', seus interesses divergentes e até mesmo concorrentes com os dos EUA”<sup>48</sup>.

É a defesa inequívoca do projeto de liberalização e reinserção internacional que leva a *FSP*, por meio de seus editoriais, a empreender um conjunto de argumentos nos quais predomina uma certa visão idílica da globalização<sup>49</sup>. Ou seja, do mesmo modo que Cardoso depreendia de sua análise que a globalização traz uma série de benesses e sugeria que o caminho para fruí-las era aquele que o país estava percorrendo<sup>50</sup>, a *FSP* transforma o seu espaço editorial<sup>51</sup>, ao menos nos primeiros anos, num instrumento de apologia à globalização<sup>52</sup>, em que pese publicar aspectos negativos do processo de globalização, como a redução do poder dos estados nacionais, as turbulências financeiras<sup>53</sup>, e mesmo dados referentes à exclusão social<sup>54</sup>. De sorte que o imperativo

---

<sup>44</sup> “A história sou eu”, *FSP*, 13/10/96.

<sup>45</sup> Em verdade, o capitalismo brasileiro sempre esteve conectado à economia mundial, especialmente a partir da segunda metade da década de cinquenta, quando tem início uma inflexão que levará, nas fases subsequentes, a consolidação da internacionalização subordinada da economia brasileira.

<sup>46</sup> “Comércio mais livre”, *FSP*, 03/12/94.

<sup>47</sup> Proferida pelo Chanceler Juracy Magalhães (1966-67).

<sup>48</sup> “Amigos, negócios, à parte”, *FSP*, 15/10/97.

<sup>49</sup> Não ignora-se, aqui, a base sobre a qual se assenta a mundialização do capital: seu caráter civilizatório, tantas vezes aludido por Marx; desenvolvimento inaudito das forças produtivas, que se processam, todavia, no âmbito da lógica do capital, cujas contradições longe de serem suprimidas – pela globalização – são intensificadas. Ver do autor, por exemplo, *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

<sup>50</sup> Ver “Credibilidade em alta”, *FSP*, 07/02/96.

<sup>51</sup> Ver “Credibilidade em alta”, *FSP*, 07/02/96.

<sup>52</sup> Ver “Novo fenômeno”, *FSP*, 05/02/96; “Comprar, vender e brigar”, *FSP*, 08/12/96.

<sup>53</sup> “No megacapital global”, *FSP*, 07/04/98.

<sup>54</sup> A *FSP* cobra resultados mais concretos do governo na área social, sugerindo, contudo, a mesma proposição e equação do governo: estabilidade, desenvolvimento e eficiência nos gastos públicos. Ver os editoriais “Credibilidade em alta”, *FSP*, 07/02/96; “De novo, intenções”, *FSP*, 08/05/96; “Dívida social”, *FSP*, 14/08/96; “Eficácia no social”; *FSP*, 01/07/97.

para o Brasil é organizar-se internamente e se inserir na globalização, pois “a história está cheia de exemplos do que acontece com os que não conseguem acompanhar sua marcha implacável”<sup>55</sup>.

A anuência sistêmica da *FSP* à política de liberalização do governo, bem como à sua estratégia de política externa, contou com algumas objeções claras no decorrer do processo. Nos momentos em que governo FHC parecia, aos olhos da *FSP*, titubear quanto à aceleração do processo de desregulamentação, liberalização da economia<sup>56</sup> e privatização<sup>57</sup>, os editoriais manifestaram-se veementemente infensos<sup>58</sup>, com base na argumentação de que manter alguma forma de protecionismo assustaria os investidores estrangeiros e colocaria em risco a própria reinserção da economia brasileira no mercado internacional. Comporta-se, assim, quando a Mitsubishi ameaça pressionar o Brasil na OMC (Organização Mundial do Comércio), afirmando que o governo implementou um regime automotivo sem levar em conta as regras do comércio internacional, isto é, o governo estaria pondo em prática políticas casuísticas em desmedro de uma efetiva política externa<sup>59</sup>, ou mais precisamente, em detrimento de uma política de reinserção mundial. Também se opôs às benesses que seriam concedidas, por meio do BNDES, aos ramos de telefonia celular: “Seria de esperar que o governo orientasse seu Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social justamente para as lacunas gritantes no desenvolvimento social do Brasil, ou para os gargalos da estrutura produtiva. Em um país com tantas carências, no qual o parque industrial necessita modernizar-se, financiar investimentos em telefonia celular é uma intolerável inversão de prioridades.”<sup>60</sup>

Nota-se que a partir das turbulências financeiras de 1997 e 1998, que repercutem negativamente sobre a economia brasileira, há uma mudança de tom nos editoriais. Passa a ser dito que a globalização não foi capaz de promover a bonança presumida

---

<sup>55</sup> “A crise dos Estados nacionais”, *FSP*, 21/02/95. Ver ainda “Briga por investimentos”, *FSP*, 01/05/1998.

<sup>56</sup> Ver “O mercosul ergue a voz”, *FSP*, 10/11/96; “Indústria mimada”, *FSP*, 07/10/97.

<sup>57</sup> A propósito do setor de brinquedos, telecomunicações, equipamentos e automotivo, ver “Desencontro em cingapura”, *FSP*, 02/12/96; “Estado sem razão”, *FSP*, 05/01/97.

<sup>58</sup> Ver os editoriais “Mão visível”, 11/02/96; “Regime de exceções”, 13/05/96; “Sem política industrial”, 06/07/96; “Faltou sociologia” 10/04/97; “País desplugado”, *FSP*, 03/08/96. “Tentação protecionista”, *FSP*, 26/03/96. Sobre a posição da *FSP* em relação ao acolhimento do governo às pressões do setor de brinquedos, ver “Sem política industrial”, 06/07/06, “Desequilíbrio industrial”, 25/10/96 e “Mais carros, menos caros”, *FSP*, 04/12/96.

<sup>59</sup> Conforme editoriais “País desplugado”, op.,cit e “desemprego de Cingapura”, 02/12/96.

<sup>60</sup> “Inversão de prioridades”, *FSP*, 08/08/97.

pelas expectativas anteriores<sup>61</sup>, a sugerir, embora de maneira ambígua, que mudanças são oportunas tanto na política econômica, a fim oferecer maior atenção a setores estratégicos da economia, como os bens de produção, quanto na forma pela qual o país vinha se inserindo na globalização, isto é, de forma “incondicional e unilateral, subserviente e sem projeto”<sup>62</sup>.

A análise do posicionamento da *FSP* e das suas inflexões ao longo do governo Cardoso deve ser feita à luz das turbulências financeiras do final dos anos 90<sup>63</sup>, do refluxo do capital internacional subsequente e do processo de reestruturação do empresariado brasileiro, incluindo, evidentemente, o setor de comunicação. Segundo Diniz, o crescimento pífio da economia brasileira, a incapacidade de alguns setores de se adequarem ao processo de reinserção da economia brasileira, o descontentamento do empresariado, em relação aos juros excessivos, entre outros fatores, levaram a um “processo de erosão da coalizão neoliberal”, que já data das eleições presidenciais de 1998. Os empresários, através de suas principais entidades de classe, a exemplo da Federação das Indústrias de São Paulo – Fiesp –, com a escalada de Horário Piva à presidência, passa a questionar a política econômica, alegando que esta estava voltada para as questões financeiras em detrimento do setor produtivo, de sorte que reivindicava uma “isonomia para a empresa nacional”<sup>64</sup>. Embora tenha havido uma “reaglutinação” entre governo e empresários após as mudanças introduzidas, a partir de 1999<sup>65</sup>, o segundo mandato de FHC vai explicitar ainda mais as divergências no interior da base de sustentação do governo, protagonizadas por aqueles favoráveis à estabilidade e tanto quanto pelos favoráveis ao desenvolvimentismo<sup>66</sup>.

De modo que a inflexão nos discursos dos editoriais pode expressar essas clivagens setoriais, porém não temos elementos suficientes que indiquem uma ruptura

---

<sup>61</sup> “Brasil, terceiro mundo”, *FSP*, 11/07/1999, “O país na rodada do milênio”, *FSP*, 13/06/1999.

<sup>62</sup> “Brasil Global”, *FSP*, 17/02/02 Ver também os editoriais “O país na rodada do milênio”, *FSP*, 13/06/1999. Ver também, a propósito de documento lançado pela Fiesp: O Brasil de Todos Nós, o editorial “Volta do planejamento, 01/02/2002 e “Crises dentro e fora”, 30/11/2002.

<sup>63</sup> As turbulências financeiras de 1997 e 1998 forçaram a uma reorientação da política econômica do governo, cujo marco foi a desvalorização do real, (fim do regime cambial fixo), acompanhada por medidas relativas a metas de inflação, superávit primário, austeridade fiscal e Lei de Responsabilidade Fiscal. Um quadro do contexto no qual se deu a desvalorização do real é oferecido por GIAMBIAGI, Fabio e AVERBUG, André. “A crise brasileira de 1998/1999 - Origens e conseqüências”, Textos para Discussão 77 do BNDES. Esses autores defendem a tese de que não houve, no Brasil, uma crise financeira semelhante à asiática.

<sup>64</sup> In DINIZ, Eli. Globalização, reformas econômicas e elites empresariais. Rio de Janeiro, FVG, 2000.

<sup>65</sup> Cujo exemplo mais notório foi a divulgação, - num momento em que o governo estava acossado por denúncias de corrupção, a propósito do caso Eduardo Jorge - do Manifesto de apoio dos Empresários, liderado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

do *establishment* com a essência do projeto em curso. Isso vai se tornar mais evidente com o novo governo Lula.

### **Cobertura editorialística da FSP sobre o primeiro mandato do governo Lula**

Desde o escrutínio de 2002, a *FSP* considera que não haveria mudanças no governo Lula em relação ao anterior quanto às bases de política externa brasileira, que, em verdade, “estão estabelecidas praticamente desde o nascimento da diplomacia brasileira e objetivam matizar o peso natural do gigantismo norte-americano na região e, assim, construir um espaço para o desenvolvimento nacional brasileiro”<sup>67</sup>. O mesmo poderia ser dito em relação aos discursos do presidente Lula, cujas críticas às assimetrias da globalização não se diferiam das de Cardoso. A questão central, diz a *FSP* é saber quais são as condições objetivas para realização dessas proposições<sup>68</sup>. Contudo, ainda que exija mais ousadia do próximo governo, a *FSP* insiste que será absolutamente contrária a qualquer movimento de inflexão e evoca a globalização para mostrar que se reduziram as “margens de manobra para governos de países em desenvolvimento”<sup>69</sup>. Cuidando para que certas veleidades autonomistas não fossem levadas adiante<sup>70</sup>, afirma, a propósito de o Brasil ter liderado o G-21, durante reunião da OMC, em 2003, em Cancun, que o país “assumiu uma posição de risco, cujas conseqüências deverão exigir redobrada persistência e habilidade de sua diplomacia”, precisamente porque “é de esperar que as novas negociações tanto na Alca quanto na OMC, embora duras e difíceis, possam transcorrer dentro dos *limites aceitáveis das disputas internacionais*”<sup>71</sup>.

Constatando do mesmo modo que não teria havido ruptura na condução da política econômica do governo, a *FSP* não deixa de reiterar que não há alternativa ao que vem sendo posto em prática, de sorte que, quando se intensifica, no interior e fora do governo, a discussão em torno da mudança do modelo econômico, quando, por exemplo, o ministro Tarso Genro (Relações Institucionais) afirma que chegara a hora do “fim da era Palocci”, ao jornal repudia e desqualifica a crítica, ao alertar para os riscos de tal empreitada: “Há margem de manobra, mas ela é muito mais estreita do que tais prestidigitadores querem fazer crer. [...] Trata-se, enfim, de um acordo complexo, cuja

---

<sup>66</sup> Conforme DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Democracia: continuidade e mudança entre os governos Fernando Henrique e Lula*, [www. ie.ufrj.br. aparte/pdfs/elidiniz\\_empresariogovernolula.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/elidiniz_empresariogovernolula.pdf).

<sup>67</sup> Conforme “Querer e poder”, *FSP*, 19/12/2002 e “Lula, FHC e a dependência”, *FSP*, 28/01/2003.

<sup>68</sup> “Ancoras globais”, *FSP*, 08/01/2005.

<sup>69</sup> “Esperanças e temores”, *FSP*, 01/01/03.

<sup>70</sup> “Ancoras globais”, *FSP*, 08/01/2005.

<sup>71</sup> Grifo nosso, “O Brasil pós-Cancún”, *FSP*, 21/09/06.

operação política é delicada. A conseqüência inexorável de qualquer manobra brusca e tosca como a que se ensaiou será a manutenção da política econômica nos exatos termos em que tem sido conduzida. Essa política, ao reforçar o poder de compra de milhões de famílias brasileiras, foi um dos motivos da reeleição de Lula. Mas ela está sufocando a produção e o emprego num nível que ameaça as conquistas até aqui obtidas”<sup>72</sup>. Essas e outras manifestações da *FSP*, durante o primeiro mandato do governo Lula, mostram o quão “autênticas” eram as insinuações por uma mudança de rota na política do governo anterior, ainda que traduzam reais interesses setoriais.

### **Alguns apontamentos sobre a política externa de Cardoso e Lula**

Apesar da adequação aos padrões hegemônicos internacionais, do aumento da confiabilidade externa e do ingresso significativo de capital produtivo, fatos que contribuíram para o sucesso da estabilidade monetária, bem como o apoio que o país recebeu, nos momentos de crise, das organizações financeiras internacionais –, o escopo da política externa do governo Cardoso foi restrito. Para os críticos<sup>73</sup>, os resultados insatisfatórios, em termos de desenvolvimento e inserção internacional, decorrem, em grande medida, da estratégia adotada. Uma vez que o objetivo do governo era eliminar qualquer tipo de óbice em sua aproximação com o Primeiro Mundo, especialmente com os Estados Unidos, e, na ausência de um projeto próprio, o país colocou-se claramente na órbita da política hegemônica internacional. Subordinando-se ao chamado Consenso de Washington optou, portanto, por uma inserção passiva da economia brasileira. Tudo isso levou à desnacionalização da economia, à desarticulação do estado como indutor do crescimento e a uma maior vulnerabilidade externa da economia, o que reduziu sua capacidade de negociação nos fóruns internacionais<sup>74</sup>.

Para alguns teóricos, porém, apesar dos entraves no processo de reinserção brasileira na globalização, vinha sendo tentada no país, sob o comando do governo Lula, uma estratégia de política externa que visava descortinar caminhos de cooperação e de afirmação dos interesses nacionais<sup>75</sup>. O governo petista, se não logrou alterar a política

---

<sup>72</sup>“A mesma conversa”, *FSP*, 02/11/2006.

<sup>73</sup> Ver, por exemplo, CERVO, A. L. *Relações internacionais do Brasil: a era Cardoso*. Revista Brasileira de Política internacional, ano 45, n. 1, 2002; CERVO, A. *Política exterior do Brasil: o peso da história*, Plenarium. Ano II, nº 2, nov/2005, link: <http://www2.camara.gov.br/publicacoes/edicoes/Plenarium2.pdf>. BANDEIRA, Luis Alberto. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004, Editora: Campus/Elsevier, 2005.

<sup>74</sup> Ver, por exemplo, PAULANI, Leda M. Christy Ganzert Pato “Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século”, In *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. São Paulo, Autêntica, 2005.

<sup>75</sup> Ver, por exemplo, BATISTA Jr., Paulo Nogueira “Brasil, Argentina e América do Sul”, *Estudos avançados*, vol.19 no.55 São Paulo Sept./Dec. 2005; VIZENTINI, Paulo F. *Relações internacionais do*

econômica do mandatário que o antecedeu<sup>76</sup>, vinha exibindo uma nova diplomacia, designada pelo seu ministro, Celso Amorim, de “ativa e altiva”, que procurava desenvolver uma política externa soberana, conferindo tratamento privilegiado às alianças com economias em desenvolvimento<sup>77</sup>.

Moniz Bandeira avalia que apesar do governo Lula ser mais ortodoxo que o anterior em matéria de estabilização monetária e a sua disposição em realizar as chamadas reformas estruturais – previdenciária, por exemplo, - que contrariaram os setores mais a esquerda do PT, sua postura em matéria de política externa “entrou em rota de colisão com a diretrizes da política exterior de George W. Bush. Não foi sem razão, portanto, que a revista americana Newsweek, na semana da reunião de Miami, circulou com o retrato de Lula da Silva na capa e o título: The Two Faces of Lula: Wall Street Loves Him. Washington Loathes Him”<sup>78</sup>.

O historiador e cientista político Marco Antonio Villa considera que o país aparece de forma mais ativa no cenário internacional, mas sem nada de concreto, de maneira que “Só falar não adianta. O Brasil precisa crescer para ter importância no mundo”<sup>79</sup>. Fernando Luiz Abrucio, para quem a política externa brasileira também “teve mais pretensão do que meios de alcançar os objetivos”, considera que as expectativas de liderança e de alianças na região descuidaram da realidade econômica e dos interesses comerciais que envolvem os países. A questão do etanol e das contendas, a propósito do

---

Brasil: De Vargas a Lula. São Paulo, Perseu Abramo, 2003; Maria Regina Soares de Lima In Valor Econômico, “País adota heterodoxia na política externa”, 28/02/2004; Moniz Bandeira, Política exterior do Brasil: de FHC a Lula”, In Revista Espaço Acadêmico, n.49, junho/2005; Amado Cervo, FSP, caderno mundo, 08/05/2005. CERVO, Amado. “A política exterior: de Cardoso a Lula”, Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília: IBRI: ano 46, nº 1, 2003, p. 5-11; link:

<http://scholar.google.com/url?sa=U&q=http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/358/35846101.pdf>

<sup>76</sup> Sobre o desempenho da economia brasileira a partir dos anos noventa, a comparação entre a Era FHC e o governo Lula, ver CARNEIRO. Ricardo (org.). A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. São Paulo, Unesp, 2006. Carneiro sugere que analisar a situação da economia brasileira do governo Lula requer considerar as mudanças pelas quais a economia internacional vem passando e de outro investigar o projeto de integração da economia brasileira, inspirado no chamado consenso de Washington, em curso desde o início dos anos noventa. Segundo o autor, o projeto “teria uma dimensão essencial: a integração comandada pelo mercado e o redesenho do papel do estado dando-lhe como prioridade a promoção da estabilidade e a facilitação do funcionamento dos mercados. Estavam pois excluídas as políticas de natureza discricionária, tais como a regulação dos fluxos de capitais, direcionamento do IED, escolha de setores industriais prioritários, ou seja, aquelas políticas de natureza seletiva, relativa a setores, grupos ou processos”, (CARNEIRO, 2006, p. 9).

<sup>77</sup> Cabe observar, segundo Luis Fernandes, que a política externa encerra duas dimensões, de um lado, configura-se como política de estado, e nessa medida, expressa princípios de autonomia e soberania nacionais, consignados pelo Itamaraty e inscritos na Constituição, que definem o marco da atuação governamental. De outro, é política de governo, cujas condições específicas podem tanto redimensionar aqueles princípios como introduzir novas prioridades. Conforme Luis Fernandes, em entrevista. Revista Princípios, n. 71, [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br).

<sup>78</sup> Política exterior do Brasil: de FHC a Lula”, In Revista Espaço Acadêmico, n.49, junho/2005.

<sup>79</sup> BBC Brasil, 28 de setembro, 2006 - 19h23 GMT (16h23 Brasília).

gás, mostraram, segundo Abrucio que “a liderança é sonho; no entanto, Lula assumiu uma espécie de liderança moderadora, que tem muito mais a ver com a tradição brasileira e é fundamental porque, se o país crescer 5% ao ano, a energia para sustentar o crescimento terá que vir do continente”<sup>80</sup>. É certo que a ascensão da chamada nova esquerda na América Latina foi vista por alguns analistas como possibilidade de um “pós-neoliberalismo” na região<sup>81</sup>. No entanto, um balanço provisório mostra que a experiência recente não gerou certos alinhamentos políticos como muitos previam ou perspectivavam. Os conflitos entre Brasil e Bolívia – a propósito da nacionalização dos hidrocarbonetos, em maio de 2006 – e a ausência de sintonia entre Brasil e Argentina em torno da empreitada para garantir um assento da ONU<sup>82</sup> evidenciaram algumas diferenças entre os países da região e mostram que, em muitos momentos, as novas lideranças políticas tendem a se voltar para as demandas internas e menos para as necessidades de integração<sup>83</sup>. Os impasses no interior da OMC, as investidas estadunidenses por acordos bilaterais na região e demais constrangimentos na arena internacional, resultantes da implacável aceleração contraditória da globalização, fornecem um quadro que nos obriga a perscrutar melhor os limites da política externa do país e analisar até que ponto ela goza de certa autonomia, como sugere Cardoso, ou até que ponto o desejo do governo Lula em desempenhar uma política externa de afirmação nacional está calcada em condições objetivas, ou seja, quais são, de fato, as “margens de manobra” e os seus “efeitos possíveis”<sup>84</sup>, tendo como meta desentranhar dessa nova realidade os caminhos possíveis que possam, ao menos, evitar os efeitos mais danosos para amplos setores da classe trabalhadora?

---

<sup>80</sup> In “A integração sul-americana sob ameaça”, Jorge Felix, Valor Econômico, 18/05/07.

<sup>81</sup> Sobre a questão da estratégia Sul-Sul, ver trabalho de Dupas, Gilberto. “África do Sul, Brasil e Índia: divergências, convergências e perspectivas de alianças” In Fábio Villares (org.) Índia, Brasil e África do Sul: perspectivas e alianças. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

<sup>82</sup> Cf. GUILHON DE ALBUQUERQUE, José Augusto. Economia política e política externa no governo Lula: as três agendas de um ativismo inconseqüente. Plenarium. Vol. 2, nº 2, 2005, p. 84-93; link: <http://www2.camara.gov.br/publicacoes/edicoes/Plenarium2.pdf>.

<sup>83</sup> A respeito ver Maria Regina Soares de Lima, Carta Capital, n. 0425, 24/12/06, “Decisões e indecisões”.

<sup>84</sup> Ou mais precisamente, “tensões e comprometimentos dilacerantes, ainda que impotentes, geram reações, e estas poderiam ser elevadas a força política, na medida que compreendam a lógica fundamental dos acontecimentos e não a pretendam simplesmente contrariar, mas tirar proveito das contradições políticas da marcha de sua complexa transição. Força política que seria posta a navegar no mar encrespado de correlações de força desfavoráveis, nas quais não poderia ser jamais hegemônica, mas bastante expressiva para deslocar um pouco o epicentro das decisões, de modo que as maiorias desfavorecidas fossem menos sacrificadas. É tudo que podem almejar, e não é pouco, uma vez reconhecida a dinâmica e a tendência irrefreável do momento”. CHASIN, J. “Ad hominem Rota e prospectiva de um projeto marxista”. In Ensaio Ad hominem, 1, tomo I, Santo André: Ad Hominem, 1999, p. 76.

## A globalização e os meios de comunicação

Nos últimos 15 anos, em sintonia com as demais partes do mundo, a problemática da globalização e das questões relativas à política externa brasileira – como o Mercosul, a Alca, a OMC e os inúmeros encontros de cúpula e fóruns internacionais dos quais o Brasil participou – transformaram-se em matéria candente no debate nacional. Isso não quer dizer, no entanto, que estejamos diante de uma cobertura da mídia sobre política internacional destituída de elementos manipuladores e deformadores<sup>85</sup>. Segundo levantamento feito por Altamiro Borges, a imprensa nacional, que vem manifestando claras oposições ao atual governo, simplesmente ignora fatos importantes da política externa brasileira, ou simplesmente desqualifica-os, como, por exemplo, a 2ª Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e a Cúpula Social pela Integração dos Povos. O jornal *Folha de S. Paulo* preferiu simplesmente destilar “veneno contra os governantes e os movimentos sociais presentes na Bolívia. Na pior espécie de jornalismo, o veículo divulgou apenas fofocas e suposições sobre as divergências entre os presidentes latino-americanos, [...] ‘Lula e Chávez trocam farpas na Bolívia’, esbravejou a manchete do jornal”<sup>86</sup>. Manipulações dessa natureza vinculam-se a um jornalismo que privilegia os acontecimentos e não os processos<sup>87</sup>, e, sobretudo, subordina-se ao chamado “pensamento único”. Entretanto, como vivemos em um mundo “mediatizado”<sup>88</sup> no qual a política passa necessariamente pelos meios de comunicação de massa, a política externa também é influenciada pela imagem midiática do país no cenário internacional<sup>89</sup>.

---

<sup>85</sup> Sobre a superficialidade da imprensa brasileira no tratamento da política internacional ver Aoki Inoue, Cristina Yumie e Souza Godoi, Guilherme Canela de. “Cobertura internacional e o ‘paradoxo tostines’”, Observatório da imprensa, 05/05/99. Ver também SADER, Emir, “O mundo e nós”, Correio Braziliense, 23/04/06.

<sup>86</sup> Altamiro Borges, “Lula, Chávez e as intrigas da mídia”. Ver o mesmo tipo de comportamento na mídia internacional, a exemplo da revista *The Economist*, às vésperas das eleições de 2006, “Ele (Lula) não é a voz mais forte que ecoa na América Latina, nem a mais de esquerda. E sim Hugo Chávez, o populista presidente venezuelano”, in [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br), resenha de imprensa nacional, 20/10/96.

<sup>87</sup> Vale lembrar a assertiva de Perseu Abramo sobre um das dimensões dos padrões de manipulação: “O padrão de fragmentação implica duas operações básicas: a seleção de aspectos, ou particularidades, do fato e a descontextualização”, ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo, Editora e Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 27.

<sup>88</sup> CARDOSO, Fernando Henrique, *O presidente segundo o sociólogo*, op., cit., p. 165.

<sup>89</sup> Sobre o papel da mídia na “construção da realidade” e outras questões relativas à relação mídia/poder, ver LIMA, Venício. *Mídia: Crise Política e Poder no Brasil*. São Paulo, Perseu Abramo, 2006. Octavio Ianni deixou importantes contribuições teóricas acerca da globalização e sua relação com os meios de comunicação, destaca-se seu trabalho *O Príncipe Eletrônico* in “Desafios da Comunicação”, p. 62-76, editora Vozes, 2ª impressão, Petrópolis, 2003, no qual mostra como o príncipe de hoje são os meios de comunicação. Ver também o trabalho de Victor Gentilli, *Sistema midiático e crise do jornalismo: dos anos 50 à decadência posterior a 80*. Tese de doutorado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no ano de 2002.

A mesma deformação ocorre com a globalização, propalada pela mídia como sinônimo de progresso e de modernidade para todos<sup>90</sup>, passando ao largo de suas contradições, que, em verdade, são estranhas às corporações de mídia, cujo papel é, de um lado, atuarem como “agentes discursivos”, e, nessa medida, “não apenas vendem e legitimam o ideário global, como também o transformam no discurso social hegemônico, propagando visões de mundo e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas”, e, de outro, atuam “como agentes econômicos presentes nos hemisférios”<sup>91</sup>.

Comportamento dessa natureza é visível nos editoriais da *FSP*, de sorte que seria uma ingenuidade imaginar que os meios de comunicação no Brasil pudessem apreender as contradições imanentes à globalização, bem como ser contrários à abertura do mercado brasileiro de comunicação a investimentos estrangeiros, já que a imprensa, as tevês etc. foram – e continuam sendo – um dos maiores beneficiários desse processo<sup>92</sup>. Essa é uma das razões de fundo do apoio da mídia ao projeto de liberalização e desregulamentação que vem sendo posto em prática desde o governo Collor de Mello, e foi isso que levou à revisão da lei de reserva de mercado de mídia<sup>93</sup>. Entretanto, não é prudente supor que exista um discurso pró-globalização monolítico e destituído de contradições, haja vista as clivagens setoriais dos empresários brasileiros, incluindo os da comunicação, que, como instigou Dines, a propósito dos termos na nova versão do artigo 222 e do Pró-Mídia: “É muito mais fácil recorrer ao Erário, sobretudo diante da ameaça da ‘desnacionalização’ de um setor estratégico como a mídia”<sup>94</sup>.

Até o ano de 2002 não houve mudanças significativas na composição da propriedade das grandes famílias que controlam os meios de comunicação do país,

---

<sup>90</sup> Ver artigo de Ulisses Capozoli, “Ciência e globalização”, que oferece vários exemplos do empobrecimento da compreensão da globalização na mídia, a propósito da cobertura dos debates do Fórum Econômico Mundial, em Davos, e do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. In: Observatório da Imprensa, 31/01/2001. Sobre os mecanismos, métodos e técnicas discursivas através dos quais a mídia naturaliza a economia de mercado e et por cause dota-a de um caráter inamovível, ver Moniz Sodré, “Globalismo como neobarbárie”, in MORAES, Denis. Por uma outra comunicação: mídia, mundialização, cultura e poder. Rio de Janeiro, 2004.

<sup>91</sup> MORAES, Denis, “O capital da mídia na lógica da globalização”. La insignia Revista Eletrônica, 28 de dezembro de 2001. Ver também MARCODES FILHO, Ciro. O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989. Em contraposição à apologia, indica-se um estudo que se tornou referência em certos meios acadêmicos, CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

<sup>92</sup> A este respeito ver, EVANGELISTA, Rafael. “Novilíngua da globalização”. In: Observatório da imprensa, n.º 110, 28/02/2001.

<sup>93</sup> Conforme prognosticava BORGNETH, Sergio “Uma lei a ser revista”, Meio & Mensagem, 10/2/97.

<sup>94</sup> “Socorro do BNDES: O que fazer para sair do buraco”. In Observatório da imprensa, 07/10/2003. A *FSP*, à época, alertou que a participação estrangeira não se desse em detrimento do controle nacional sobre a informação, ver “Abertura da mídia”, *FSP*, 02/05/98, Editorial.

embora os “barões da imprensa” tenham de enfrentar a concorrência dos grandes conglomerados e, ademais, passar por uma séria crise de “caixa”, de maneira que a esperança do empresariado da mídia para sair da crise, durante a “Era FHC”, não foi objetivada, pois, de fato, não houve grandes aportes de capital estrangeiro para o setor de mídia<sup>95</sup>.

A crise da mídia pode ser atribuída a uma série de fatores, entre eles, a desvalorização do Real, em 1999, e a própria crise econômica do país, que prejudica o setor publicitário, bem como o refluxo da economia norte-americana. Tal conjuntura econômica mundial, ao final do mandato de FHC, é considerada, por alguns autores, como a razão de a mídia brasileira não ter se comportado em relação à candidatura Lula do mesmo modo que nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998. Sem descartar inteiramente a tese de que a “guinada à direita” de Lula tornou-o “palatável até para os barões da imprensa”, o jornalista Luiz Antonio Magalhães considera que a principal razão daquele posicionamento da mídia residiu na crise pela qual passava o setor de comunicação, para o qual “a única saída viável no curto prazo seria mesmo contar com a boa vontade do governo federal e pressionar o próximo presidente a ‘oferecer’ algum tipo de ajuda ao setor”<sup>96</sup>. De modo que a estratégia da mídia era “blindar” o novo presidente a fim de que este assumisse o compromisso de não alterar a política econômica, de sorte que o jornalista prognosticava “os maiores desafios do presidente Lula na relação de seu governo com a grande imprensa serão, portanto, desmontar as armadilhas que já vêm sendo preparadas no sentido de fazer da sua gestão uma continuidade da de Fernando Henrique Cardoso e resistir às pressões por um programa de ajuda ao setor de comunicação, que significaria, mais uma vez, a socialização de prejuízos privados”<sup>97</sup>.

Ocorre que o Partido dos Trabalhadores no Planalto não agiu em conformidade com o ideal de democratização dos meios de comunicação. Um processo ainda maior de concentração e internacionalização dos segmentos do setor transcorreu sem que o governo Lula tentasse freá-lo<sup>98</sup>, além disso, o processo de reestruturação das empresas

---

<sup>95</sup> Registre-se que a regulamentação da legislação sobre a participação do capital estrangeiro na propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens de mídia, ocorre em dezembro de 2002.

<sup>96</sup> Magalhães, Luiz A. “O governo Lula e os meios de comunicação”, In: Margem esquerda, ensaios marxistas, número 1, maio de 2003, p. 71.

<sup>97</sup> Id., *ibid.*, p. 72.

<sup>98</sup> A adoção do padrão japonês para TV digital e a proposta Ancinav (Agência nacional do cinema e do audiovisual) são outros exemplos. Sobre a concentração e internacionalização da mídia brasileira, ver Venício Lima, *Crise Política e Poder no Brasil...*, op., cit., especialmente capítulo 4.

de mídia, como o Grupo Frias da Folha, o Estadão, o Jornal do Brasil e a Gazeta Mercantil, entre outros exemplos, também passou ao largo do governo, sem a incursão de subsídios<sup>99</sup>. Ou seja, apesar do “quase ‘consenso’ no campo econômico”, alguns setores da grande imprensa, cotidiana e hebdomadária – a exemplo da *FSP* e *Veja* –, precisamente aqueles que resolveram os seus problemas financeiros “recorrendo a sócios estrangeiros”, foram mais hostis ao governo de plantão<sup>100</sup> do que no governo anterior, mas não o suficiente para levar a débâcle o governo petista.

Para entender melhor essa situação, é útil recorrer ao episódio Collorgate e tentar suprimir o peso excessivo que alguns analistas conferem à mídia pela derrocada de Collor de Mello<sup>101</sup>. Na verdade, o *impeachment* teve como elemento preponderante a insatisfação do empresariado brasileiro – nacional e internacional – pelo governo Collor, que além de ter levado o país ao caos, a uma política recessiva, para além das doses suportáveis, ameaçava com desmantelamento da estrutura produtiva do país, algo que os vários setores estatais e privados – nacionais e internacionais – não concordariam ou não suportariam<sup>102</sup>. Portanto, longe de uma conversão à ética na política, as elites brasileiras resistiram ao neoliberalismo propalado por Collor<sup>103</sup> como autodefesa. As críticas de corrupção, especialmente da mídia e dos movimentos sociais, reforçaram a movimentação bem sucedida do *impeachment*, mas o mesmo não pode ser feito com FHC, uma vez que este foi, como já mencionado, a alternativa finalmente encontrada pelas frações burguesas para uma nova rodada de acumulação, via internacionalização, que foi protelada pelo desgoverno Collor, única opção da burguesia amendrontada em 1989. De sorte que apesar de algumas insatisfações setoriais – mormente nos períodos de aperto econômico ou naqueles em que a abertura não se dava no ritmo desejado, como os editoriais da *FSP* expressam –, o projeto de Cardoso mantinha a adesão do

---

<sup>99</sup> Em verdade, o fracasso do Pró-mídia já era visível no início do governo Lula. Ver DINES, Alberto “Ataques à imprensa: ruim com ela, pior sem ela”, Observatório da Imprensa, 06/12/05.

<sup>100</sup> Magalhães, L. A. “A mídia, o medo e o governo Lula”, Margem esquerda, Boitempo, n.6, 2005, p. 46.

<sup>101</sup> Ver KUCINSKI, B. “Uma ruptura no padrão complacente: a imprensa no impeachment do presidente Fernando Collor”, In A síndrome da antena parabólica. São Paulo, Perseu Abramo, 1998, como também LATTMAN-WELTMAN, Fernando et alli. A imprensa faz e desfaz um presidente., op., cit.

<sup>102</sup> Vale lembrar algumas ponderações de Luis Fernandes sobre a vigência do neoliberalismo no Brasil. O autor considera que as economias com razoável industrialização, como a brasileira, são mais difíceis de se integrar na produção internacional pela via neoliberal. A resistência ao neoliberalismo foi dada através do impeachment de Fernando Color para o qual a oposição popular parece ter desempenhado papel secundário uma vez que muitos setores da economia “são atingidos diretamente pela adoção de medidas como corte de subsídios, a abertura comercial, a reversão de políticas protecionistas etc” In Emir, GENTILI, Pablo. (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

<sup>103</sup> Ver a esse respeito, CHASIN, J. Brasil: a resistência ao neoliberalismo. In Mundo Hoje/93. São Paulo, Ensaio, 1993.

grande empresariado brasileiro e da própria mídia, que é elemento constitutivo daquele. Portanto, ainda que o apoio da *FSP* ao governo Cardoso tenha sido marcado por denúncias que poderiam – noutras circunstâncias históricas e se articuladas com setores da sociedade civil – colocar em risco o mandatário, a anuência da *FSP* àquele projeto foi de tal natureza que inviabilizou uma prática jornalística oposta, de fato, ao padrão complacente que predominou naquele período. Em que pese a inflexão da *FSP* em relação ao discurso apologeta da globalização, resultado, em grande medida, da exacerbação das contradições sociais e da ferocidade das mazelas econômicas que deixaram para trás a visão idílica de que a globalização seria um processo de homogeneização ou a alvissareira de um mundo de bonança e justiça para todos.

Essas são questões de fundo que também auxiliam a explicar o comportamento da mídia em relação ao governo Lula – que parece ter rompido com o padrão complacente durante a crise política de 2005-2006. Ora, a cobertura jornalística deste episódio, que, segundo Lima, nem sempre coincide com a orientação editorial dos jornais, pautou-se pela “presunção da culpa”. Todavia não nos parece que tenha resultado de divergências de fundo em relação ao governo de plantão ou ao projeto de internacionalização em curso, mas antes da “competição entre grupos de mídia e entre os próprios jornalistas”, o que compromete a “exatidão factual”<sup>104</sup> das questões. Por outro lado, vimos que apesar da frustração diante do Pró-Mídia, os setores se organizaram em favor da manutenção das principais diretrizes da política econômica anterior: inflação sob controle e abertura para o capital externo nas empresas de mídia<sup>105</sup>.

A *FSP*, por seu turno, continua propugnando, ao longo do governo Lula, que a globalização é irreversível, e que é inócua qualquer tentativa de superação da lógica substancial pela qual ela vem sendo operada, de sorte que o posicionamento do jornal<sup>106</sup> e dos empresários da comunicação em geral se coaduna com a dos demais setores privados locais, que viram na internacionalização da produção “um atalho eficiente para

---

<sup>104</sup> LIMA, Venício. *Mídia: Crise Política e Poder no Brasil*. São Paulo, Perseu Abramo, 2006, pp. 35-36.

<sup>105</sup> Vai ficando cada vez mais claro que o PT, em 2002, foi, segundo Maringoni, a melhor opção para a burguesia brasileira dar continuidade ao chamado “modelo do Consenso de Washington”, encetado pelos quadros do PSDB, “Feito o serviço inicial, seu aprofundamento só poderia ser pilotado por quem conseguisse, com mais eficiência do que a repressão pura e simples, neutralizar a ação dos movimentos sociais. Confundir, dividir e iludir são armas tremendamente eficazes da política antipopular”, (grifo nosso), MARINGONI, Gilberto. “PT X PSDB: rumo ao quinto governo Collor”, In *Margem esquerda, ensaios marxistas*, 7, , maio de 2006, p. 36.

<sup>106</sup> Apesar da ambigüidade, ver ARBEX JR, José. “Editorial”. In *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo*, São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 92-94.

a obtenção imediata de redução de custos e de aumento da rentabilidade”<sup>107</sup>. Opção esta que não inflectiu, ao contrário, consolidou *o modo de ser e ir sendo do capitalismo*<sup>108</sup> brasileiro, cuja associação subordinada com o capital externo tem sido, desde metade do século passado, uma opção da burguesia brasileira para resolver os ditames do processo de modernização e atualização do capital<sup>109</sup>.

### Considerações finais

O presente trabalho é uma aproximação modesta com o tema e com a nossa histórica recente, cujas complexidades foram apenas aventadas, todavia é possível sugerir que a *FSP* manteve sua adesão ao projeto em curso, em que pesem determinadas críticas que traduzem interesses setoriais das frações burguesas, jamais uma inquietação na perspectiva da classe trabalhadora<sup>110</sup>. De maneira que reter simplesmente posicionamentos isolados do jornal pode obscurecer essas questões de fundo, posto que há interesses diversos – e mesmo contraditórios – que marcam o cotidiano das empresas jornalísticas<sup>111</sup>: como o jornal é também a expressão de uma burguesia que necessita se associar ao capital para se modernizar, apóia o projeto de internacionalização e, enquanto porta-voz de determinados interesses – que não reagem do mesmo modo à

---

<sup>107</sup> VIANA, Francisco. “Indústria, tecnologia e energia”, In: Bolívar Lamounier, Rubens Figueiredo (orgs). *A Era FHC: um balanço*. São Paulo: Cultura Editores, 2002, pp. 145-146; Captando algumas características do comportamento das empresas industriais no Brasil, LAPLANE e SARTI afirmam “O baixo crescimento da indústria brasileira é consequência do ajuste defensivo, primordialmente financeiro e defesa das margens de lucro, das empresas industriais em face da sucessão de expansões curtas dos negócios recorrentemente interrompidas por choques da política econômica desde 1994. A agilidade mostrada pelas empresas, principalmente no plano financeiro, revela um pronunciado instinto de sobrevivência e de aversão aos riscos inerentes ao investimento em capacidade produtiva e em desenvolvimento tecnológico”, LAPLANE, M. , SARTI, F “Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI”, In *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo, Unesp, 2006.

<sup>108</sup> Conforme CHASIN, J. *A miséria brasileira*, op., cit.,

<sup>109</sup> É sob esta perspectiva histórica mais ampla que deve ser vista a questão do “suicídio” colocada por Kucinski, a propósito da abertura para o capital externo nas empresas de mídia, “as empresas brasileiras de comunicação de massa planejam sua própria absorção pelos grandes grupos globais de comunicação. É o suicídio empresarial de uma burguesia congenitamente entreguista e subserviente. É também o suicídio cultural da comunicação de massa brasileira”, KUCINSKI, B. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo, Unesp, 2005, p. 121.

<sup>110</sup> Note-se que tal posicionamento de classe não é novo, basta ver os posicionamentos da *FSP* durante a Nova República, - assim como os dos grandes jornais do país - vilipendiando, por exemplo, o direito de greve dos trabalhadores, como foi observado por Fonseca, *op., cit.*, Outrossim, ver os argumentos usados pela *FSP* para cobrar do governo FHC um compromisso maior com a questão social, sempre subordinando o encaminhamento do problema as chamadas “reformas estruturais”, (previdência, fiscal, tributária), que o presidente deveria enfrentar no “curso prazo”, uma vez que eram “indispensáveis” para garantir a estabilidade monetária, o desenvolvimento e a eficiência dos gastos públicos e sociais. De modo que, nesta matéria, a crítica da *FSP* ao governo é meramente protocolar, não ultrapassa, portanto, ao diapasão em que o próprio governo tratava a questão. Ler, por exemplo, os editoriais, “O discurso de posse”, 04/Jan/95; “De novo, intenções”, 08/Mai/96; “Eficácia no social”, 01/Jul/97; “Dívida social”, 14/Ago/96; “O pacote social de FHC”, 21/Jun/98; “FHC, o hoje e o amanhã”, 28/Mai/98.

abertura da economia – tem de fazer, por vezes, críticas pontuais ao governo, mas que não chegam a contraditar os fundamentos essenciais da política vigente. Assim, por exemplo, muitas vezes o grau de abertura numa determinada área da economia pode ser bom e promissor para alguns setores, mas nefasto para outros. Ademais, o discurso favorável dos setores empresariais à abertura da economia não impede que os próprios empresários procurem se escudar no estado contra a própria vulnerabilidade da concorrência externa, daí que, por vezes, os editoriais visem o estado como interlocutor. De modo que, se é certo que é preciso investigar a ausência de neutralidade nas idéias que os editoriais defendem ou repudiam, é igualmente importante se ater às contradições dos discursos dos jornais, bem como às divergências de opiniões que marcam o cotidiano das empresas jornalísticas.

A manutenção dos interesses do *establishment* econômico exige, sim, certos pronunciamentos, aparentemente dissonantes, como forma de manipulação, tão própria ao comportamento de nossas elites. De modo que o padrão complacente e os mecanismos utilizados pela mídia para parecer imbuída de preocupações com as carências sociais ou com o interesse nacional<sup>112</sup> fazem parte da “inteligência da manipulação”, tão própria da nossa burguesia, isto é, dizem respeito à incapacidade desta classe de se projetar como agente transformador, de maneira que tem de inverter o sentido preciso da transformação em *manipulação*, este se convertendo em componente cada vez mais necessário para as mudanças ou processos de modernização feitos pelo alto<sup>113</sup>.

Em outros termos, a atividade manipuladora resulta sempre numa mudança que nega a mudança<sup>114</sup>, pois, “sustenta e reafirma a natureza da estrutura e dos fatores que a integram, reproduzindo os lugares sociais dos atores no complexo”. É certo que a “inteligência da manipulação” não é um privilégio da burguesia do capital atrofico<sup>115</sup>, mas da burguesia contemporânea. Contudo, vale lembrar, a burguesia clássica substituiu a inteligência da transformação de outrora pela manipulação<sup>116</sup>, enquanto que a nossa

---

<sup>111</sup> Isto é válido mesmo para o gênero jornalístico, conforme MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo*, op., cit....

<sup>112</sup> Como alguns editoriais da FSP insinuam.

<sup>113</sup> Desdobramos essas questões noutro artigo, SOBRINHO, M. J. “O ser e ir sendo do capitalismo brasileiro”, *Communicare: revista de pesquisa/ centro interdisciplinar de pesquisa*, vol. 4, n.2 (2004), São Paulo: Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, 2004.

<sup>114</sup> A esse respeito ver FERNANDES, F. *Nova República?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.

<sup>115</sup> Sobre “inteligência da manipulação”, “capital atrofico” e outros traços da burguesia brasileira, ver “A miséria brasileira... op., cit..

<sup>116</sup> A respeito, vale lembrar “A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica” LUKÁCS, Georg. Lukács. José Paulo Neto (Org.). São Paulo: Ática, 1992.

burguesia nasce e se projeta apenas contando com a “inteligência da manipulação”, meio incontornável do seu ser precisamente assim, impossibilitada, pois, de levar a frente um processo de transformação que de fato supere o historicamente velho, o que pressuporia a integração de amplas massas populares.

Sem que possamos alargar a discussão, consideramos que enfrentar a vulgarização da globalização, implica em delucidar o caráter objetivo e irreversível da mundialização, o que não significa, todavia, enredar-se no campo especulativo e manipulatório. Mas é antes reconhecê-la como produto histórico e contraditório do capital: atualização da lógica do capital, tendência inerente ao capital, que, no dizer de Marx, rompe com “*todas as barreiras que impidem o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação das necessidades a diversificação da produção e exploração e o intercâmbio das forças naturais e espirituais*”<sup>117</sup>. Ocorre que a dimensão civilizatória do capital, tantas vezes aludida por Marx e reconhecida por muitos, vem sendo hoje negligenciada, isto é, o “nexo estrutural entre crescimento da produção e progresso social e cultural”<sup>118</sup> passa a ser ignorado justamente no momento em que a globalização e o fabuloso desenvolvimento tecnológico consubstanciam a fonte de “desdobramentos infinitos”, a razão disso é, assinala Chasin, “economia como fator/economicismo e politicismo. Globalização reduzida à especulação financeira, à política e à ideologia”<sup>119</sup>. Essa transgressão da realidade perde de vista precisamente a dimensão humana do processo em curso, isto é, “Isso condiciona a ignorar o fundamental: o desenvolvimento das forças produtivas e a *fortiori* o enriquecimento da essência humana”<sup>120</sup>. Não há espaço para tratarmos das razões dessas graves lacunas, mas assinalar que desse processo – que leva a uma nova sociabilidade, cujas contradições atuais não há precedentes –, não emergem as condições imprescindíveis para a autoconstrução humana. Ou seja, “Os homens desenvolveram sua capacidade de produzir, de se apropriar produtivamente da natureza, ou seja, suas forças vitais de efetuação de mundo, mais ainda não alcançaram o desenvolvimento de suas forças vitais necessárias à produção de si mesmos, sua forma máxima de produção. Sabem lidar e moldar os predicados do ser natural, mas não as categoriais do ser social”<sup>121</sup>. Daí

---

<sup>117</sup> MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política, México: Fondo de Cultura Económica, s.d., p. 362.

<sup>118</sup> CHASIN, J. “Ad Hominem – Rota e perspectiva de um projeto marxista”. In Ensaio Ad Hominem, Tomo 1. São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, 1999, p. 69.

<sup>119</sup> *Ib.*, p. 69.

<sup>120</sup> *Ib.*, p. 69.

<sup>121</sup> *Ib.*, p. 73

que no lugar da reposição da incontornável questão da revolução social, erige-se com força cada vez maior a crença na perenidade do capital.

### Referências bibliográficas

Arquivos dos editoriais da *Folha de S. Paulo*

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo, Editora e Fundação Perseu Abramo, 2003.

AMARAL, Roberto. **FHC: os paulistas no poder**. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1995.

ARBEX JR, José. “Editorial”. In: MELO, J. M. **Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo**, São Paulo, Brasiliense, 1987.

BANDEIRA, Luis Alberto. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

BARROS, José Roberto Mendonça de, GOLDENSTEIN, Lídia. “Economia competitiva, solução para a vulnerabilidade”. In: **O Brasil e o Mundo no limiar do novo século**. Rio de Janeiro, Olympio, 1998.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira “Brasil, Argentina e América do Sul”, Estudos avançados, vol.19 no.55 São Paulo Sept./Dec. 2005;

CARDOSO, F. H. e SOARES, Mário. **O Mundo em Português: um diálogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Entrevistas, discursos e artigos de Fernando Henrique Cardoso:

O presidente segundo o sociólogo. Entrevista de FHC a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

“Globalização e política internacional”, conferência proferida na Universidade de Witwatersrand, Johannesburgo, África do Sul, 27/11/1996, in Revista brasiliense de políticas comparadas v. 1, n. 1, jan./abr. 1997, p. 69

]“Congresso, desenvolvimento e democracia: perspectivas e ação imediata”, in *As perspectivas do Brasil e o novo governo*, São Paulo: Nobel, 1990, p. 101.

“O Brasil e as tendências econômicas e políticas contemporâneas”. Seminário de Brasília, convocado pelo presidente eleito FHC, Palácio do Itamaraty, 2 e 03 dez. 1994. *Fundação Alexandre Gusmão*, 1995.

*A utopia viável*. Brasília: Presidência da República, 1995.

Conseqüências sociais da globalização. Conferência pronunciada em 27 jan. 1996, no Indian International Centre, Nova Delhi, Índia. In: *Cadernos do PSDB, Os caminhos da social-democracia*, ano I, abr. 1996.

Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. Conferência pronunciada em Washington em maio/1995. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4, out./dez. 1995.

O impacto da globalização nos países em desenvolvimento. Conferência pronunciada no Colégio do México, 20 fev. 1996. *Cadernos do PSDB, Os caminhos da social-democracia*, ano I, abr. 1996.

Texto base da apresentação do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Instituto de Estudos Avançados a Universidade de São Paulo (IEA-USP), São Paulo, 5 maio 2004.

Entrevista FHC, in “Estamos reorganizando o capitalismo brasileiro”, *Lua Nova*, São Paulo, n. 39, 1997.

CARNEIRO. Ricardo (org.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo, Unesp, 2006.

CERVO, A. L. “Relações internacionais do Brasil: a era Cardoso”. **Revista Brasileira de Política internacional**, ano 45, n. 1, 2002.

CERVO, Amado. “A política exterior: de Cardoso a Lula”, **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: IBRI: ano 46, nº 1, 2003, p. 5-11; link: <http://scholar.google.com/url?sa=U&q=http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/358/35846101.pdf>

CERVO, A. Política exterior do Brasil: o peso da história, Plenarium. Ano II, nº 2, nov/2005, link: <http://www2.camara.gov.br/publicacoes/edicoes/Plenarium2.pdf>.

CHASIN, J. “Ad hominem Rota e prospectiva de um projeto marxista”. In **Ensaio Ad hominem**, 1, tomo I, Santo André: Ad Hominem, 1999.

CHASIN, J. “Marx - Estatuto ontológico e resolução metodológica”, In: **Pensando com Marx**. São Paulo: Ensaio, 1995.

CHASIN, J. **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. Santo André, Estudos e edições Ad Hominem, 2000.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DINIZ, Eli. “Empresário, Estado e Democracia: continuidade e mudança entre os governos Fernando Henrique e Lula”, [www. ie.ufrj.br. aparte/pdfs/elidiniz\\_empresariogovernolula.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/elidiniz_empresariogovernolula.pdf).

DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**. Rio de Janeiro, FVG, 2000.

FERNANDES, F. **Nova República?** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.

FONSECA, Francisco César Pinto da. **Divulgadores e vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil**. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no ano de 2001.

GENTILI, Pablo. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIAMBIAGI, Fabio e AVERBUG, André. “A crise brasileira de 1998/1999 - Origens e conseqüências”, *Textos para Discussão 77* do BNDES.

GUILHON DE ALBUQUERQUE, José Augusto. **Economia política e política externa no governo** <http://www2.camara.gov.br/publicacoes/edicoes/Plenarium2.pdf>.

IANONI, Marcus. “A Folha de S. Paulo e a exclusão social: a opinião do jornal”. In: **Communicare: revista de pesquisa**/Centro Interdisciplinar de Pesquisa, Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero. V.1, n. 1, 2001. São Paulo: Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, 2001.

JUVENCIO SOBRINHO, M. “O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso: autoritarismo e democratização (1972-1992). 2003. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

JUVENCIO SOBRINHO, M. “O ser e ir sendo do capitalismo brasileiro”, **Communicare: revista de pesquisa**/ centro interdisciplinar de pesquisa, vol. 4, n.2 (2004), São Paulo: Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, 2004.

KUCINSKI, B. **Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética**. São Paulo, Unesp, 2005, p. 121.

KUCINSKI, Bernardo. “A mídia de FHC e o fim da razão” in LESPAUBIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**. São Paulo, Perseu Abramo, 1998.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo, Perspectiva, 2004.

- LATTMAN-WELTMAN, Fernando *et alli*. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LESPAUBIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LEITE, Marcelo. “Quem faz a opinião da folha”, [www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb,12/05/96](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb,12/05/96).
- LIMA, Venício. **Mídia: Crise Política e Poder no Brasil**. São Paulo, Perseu Abramo, 2006.
- LUKÁCS, G. “A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica” in: PAULO NETO, J. **Lukács**. São Paulo: Ática, 1992.
- MAGALHÃES, L. “A mídia, o medo e o governo Lula”, **Margem esquerda**, Boitempo, n.6, 2005, p. 46.
- MAGALHÃES, L. “O governo Lula e os meios de comunicação”, In: **Margem esquerda** número 1, maio de 2003, p. 71.
- MARCODES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MARINGONI, Gilberto. “PT X PSDB: rumo ao quinto governo Collor”, In **Margem esquerda**, 7, maio de 2006, p. 36.
- MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARX, K. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 14.
- MARX, Karl. **Elementos fundamentais para la critica de la economía política**, México: Fondo de Cultura Económica, s.d., p. 362.
- MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão, Ed Mantiqueira, 3 ed., 2003, p. 103.
- MORAES, Denis, “O capital da mídia na lógica da globalização”. **La insignia** Revista Eletrônica, 28 de dezembro de 2001.
- MOREIRA, Maurício Mesquita & Giambiagi, Fábio (orgs.) **A economia brasileira nos anos 90**. 1.ed., Rio de Janeiro, BNDES, 1999.
- PAULANI, Leda M. Christy Ganzert Pato “Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século”, In **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. São Paulo, Autêntica, 2005.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins. “Política e comércio exterior”. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo, Cultura Associados, 2002, p. 302.
- SINGER, P., LINS DA SILVA, C. E. Um país aberto: reflexões sobre a Folha de S. Paulo e o jornalismo contemporâneo. São Paulo, Publifolha, 2003.
- SODRÉ, M. “Globalismo como neobarbárie”, in MORAES, Denis. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização, cultura e poder**. Rio de Janeiro, 2004.
- VIANA, Francisco. “Indústria, tecnologia e energia”, In: Bolívar Lamounier, Rubens Figueiredo (orgs). **A Era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores, 2002, pp. 145-146.
- VIZENTINI, Paulo F. **Relações internacionais do Brasil: De Vargas a Lula**. São Paulo, Perseu Abramo, 2003.